

O POTENCIAL EMANCIPATÓRIO DE UM JORNALISMO DIALÓGICO

Guilherme Carvalho

guilhermegdecarvalho@gmail.com

Doutor em Sociologia e professor do
curso de jornalismo no Centro
Universitário Internacional (Uninter)

DOI: 10.21882/ruc.v7i13.816

Recebido em: 07/01/2020

Aceito em: 10/01/2020

80

THE EMANCIPATORY POTENCIAL OF A DIALOGICAL JOURNALISM

Resenha do livro:

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2017.

A tese de livre-docência de Dennis de Oliveira transformada em livro demonstra a honestidade intelectual do autor cuja trajetória acadêmica e política se expressa em uma obra que promove um debate interdisciplinar com enfoque sobre o jornalismo contemporâneo. O debate trata intensamente da história recente política e econômica brasileira e o papel dos meios de comunicação.

As referências mais citadas em “Jornalismo e emancipação” deixam claras as perspectivas teóricas de Oliveira. Na lista estão Michel Foucault, Sigmund Freud, Noam Chomsky, Zygmunt Bauman – este mais presente dentre todos os citados -, Antonio Gramsci, Hanna Arendt, Jürgen Habermas, além dos brasileiros Otavio Ianni, Fabio Konder Comparatto e Paulo Freire. Deste grupo, boa parte se reconhece como herdeiros dos estudos de Marx ou encontram similaridades com a análise marxista, sobretudo pela proposta crítica ao capitalismo.

Adepto das teorias culturalistas-marxistas, Oliveira realiza uma leitura crítica sobre o jornalismo, resgatando episódios significativos da cena política nacional relacionando a aspectos da conjuntura internacional. Suas preocupações transitam na verificação do aprofundamento dos processos típicos de estratégias neoliberais, às quais tendem a intensificar as desigualdades sociais.

Nesse sentido, resgatando a teórica crítica, os meios de comunicação tornam-se instrumentos do capitalismo, definindo maneiras de ver e atuar sobre a realidade ou o que Oliveira identifica como mecanismos de “controle social”. O conceito, baseado em Terry Eagleton, separa controle de ideologia, compreendendo o papel ativo do público e sua capacidade de estabelecer diferenças de interesses entre classes, porém, sensível às ações que visam conter as ameaças à ordem estabelecida.

Boa parte desta estratégia se consolida não pela maneira como o jornalismo é produzido, mas justamente pela perda de espaço do jornalismo em grandes meios de comunicação, cada vez mais signatário do hibridismo

que ocupa boa parte das produções, relacionando informação e entretenimento a partir do uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas, disponíveis principalmente aos conglomerados midiáticos que abocanham a maior parte dos recursos que circulam neste mercado.

*Não é a esfera pública que coloniza a esfera pública hoje, mas o discurso midiático nas vertentes do show, do espetáculo, da publicidade, discursos esses que se legitimam socialmente pela sedução. Mesmo os produtos aparentemente noticiosos são contaminados por essa nova forma de discurso hegemônico. Não há mais *persuasão*, e sim *sedução*. [grifos do autor] (OLIVEIRA, 2017, p. 62-63)*

Nos tempos líquidos modernos, definido deste modo por Bauman, nos quais os Estados perdem relevância e capacidade de regulação, a indústria da comunicação e da cultura, capitaneada por grandes conglomerados de mídia, sustentam uma parte do tripé que caracteriza o novo momento do capitalismo, juntamente com a indústria armamentista e a dos grandes negócios mundiais. “As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural” (OLIVEIRA, 2017, p. 90).

A análise torna-se ainda mais crítica quando Oliveira observa a realidade brasileira. Grande parte do problema do jornalismo brasileiro, para ele, se liga à relação que os veículos de imprensa estabelecem com governos e com empresários. Os episódios do período da ditadura militar (1964-1984) são citados como exemplos mais emblemáticos para justificar esta problemática.

Segundo Oliveira, é também a partir deste período que o jornalismo sofre um esvaziamento do seu potencial crítico não apenas pelo poder de censura à liberdade de expressão, mas também por uma nova ética nas redações que passa a considerar os aspectos morais da política como primordiais no trabalho jornalístico, cujas origens assentam no pensamento conservador pós-guerra fria (OLIVEIRA, 2017).

O raciocínio parece contraditório inicialmente, uma vez que, a priori, o jornalismo investigativo, compreendido como a atividade nobre da profissão, estaria a serviço da sociedade na medida em que denunciava governos corruptos, como no famoso caso Watergate. Por outro lado, o discurso moralizante também é promotor de um esvaziamento dos debates políticos na esfera pública. É o que sustentou nos últimos anos, segundo Oliveira (2017), uma ação neutralizadora dos projetos de esquerda no Brasil e, consequentemente, o avanço de um pensamento de direita.

Quando escreveu o livro, Oliveira vivenciava o período de turbulência política no país que culminou com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Verificando o momento atual, podemos considerar que sua leitura não estava equivocada. Pouco tempo depois o ex-presidente Michel Temer faria um governo de transição alinhado aos interesses do empresariado nacional e internacional, o que seria aprofundado com a eleição de Jair Bolsonaro.

A mídia, por seu turno, teve um papel determinante para estas mudanças, segundo Oliveira. Ele aponta cinco episódios que ilustram de modo bastante peculiar o papel exercido pela mídia nos últimos anos no sentido

de dar ênfase à moral e promover o esvaziamento do debate em torno de projetos políticos. Entre eles a cobertura dada por colunistas e jornalistas políticos de O Globo e da Folha de S. Paulo para a escolha do candidato à vice-presidente da chapa de José Serra (PSDB), em 2010, partido que representava, naquele momento, a principal força opositora à candidata do PT, Dilma Rousseff, que vinha sendo apontada como favorita. Naquele episódio, verificava-se o predomínio de argumentos em torno de aspectos morais, além de garantirem um espaço privilegiado na mídia para as convenções do PSDB em relação às do PT.

O segundo fato foi a cobertura dada ao caso Erenice Guerra pela revista *Veja* inicialmente e depois também por O Globo e pela Folha de S. Paulo. A ex-ministra-chefe da casa civil, sucessora de Dilma Rousseff, era denunciada pelo uso indevido de dinheiro público. “A publicação, aparentemente, dedicou-se a desmistificar ao eleitorado a aparente credibilidade moral do Partido dos Trabalhadores (PT), denunciando um esquema de corrupção que existira sob o comando da nova titular da pasta, considerada braço direito de Rousseff” (OLIVEIRA, 2017, p. 132).

O terceiro momento foi a cobertura da mídia após um comício no qual Lula fez críticas à imprensa. Como lembra Oliveira (2017), Lula foi comparado a Hugo Chavez de modo negativo por O Globo, reportando a este o papel de um ditador. Além disso, este episódio foi utilizado como justificativa para que O Estado de São Paulo declarasse em editorial o apoio ao candidato de oposição José Serra.

Outro fato apontado por Oliveira foi a maneira como os temas polêmicos ocuparam a agenda midiática durante o segundo

turno das eleições de 2010. Questões pontuais como aborto passaram a ganhar espaço nos noticiários, retirando de pauta os temas relacionados a programas de governo.

O quinto fato listado por Oliveira é a cobertura dada por outros veículos latino-americanos sobre as eleições. A maior parte dos veículos, como indica ele, basearam-se em notícias das agências brasileiras, em especial Globo e Folha de S. Paulo. O argentino Clarín, por outro lado, teria realizado uma cobertura em primeira mão e mais favorável à candidatura de Rousseff.

Um tema que aparece frequentemente ao longo do livro é a questão do tratamento da mídia dada aos negros brasileiros. Conforme expresso pelos dados disponíveis em “Jornalismo e emancipação”, além da pouca presença de negros em reportagens, quando citados, raramente aparecem de forma positiva. Uma ilustração deste tratamento diferenciado apresenta a capa da revista *Atrevida*, que traz apenas estudantes brancos para ilustrar uma reportagem sobre o vestibular e a capa da revista *Playboy* com uma mulher negra.

Essa perspectiva da objetificação radicalizada da mulher negra se coaduna com a ideia de uma sensualidade over implícita na revista Nova, isto é, a estética negra está muito mais voltada para o promíscuo, para o pecado sexual e, portanto, é tolerado dentro de uma dimensão do escondido, do irreverente, do exótico, e não como parte do processo social brasileiro. (OLIVEIRA, 2017, p. 159)

A questão é importante demais para aparecer em alguns poucos momentos do livro. O tema acaba sendo pouco explorado e traz poucas evidências do tratamento diferen-

ciado. Além do mais, a questão acaba aparecendo em sobressaltos na leitura, uma vez que ainda que haja relações diretas entre o capitalismo e o racismo, seria necessária uma construção lógica mais elaborada e fundamentada, quem sabe para uma outra publicação.

Dentre os conceitos que aparecem recorrentemente no livro estão o de controle, autoritarismo e poder. A partir da associação dos aspectos atuais, Oliveira desenvolve uma discussão sociológica que revela características da modernidade, alinhando-se aos críticos do iluminismo e do seu projeto “libertador”. E aí, nesse sentido, o jornalismo, aparece para Oliveira com outras possibilidades.

Citando Adelmo Genro Filho, ele reconhece o jornalismo como atividade, ainda que elaborada a partir de uma singularidade definida, capaz de estabelecer uma forma de conhecimento. Associada à ideia da imediatividade compartilhada reduzida em tempos líquidos, tem-se “[...] um ganho de espaço significativo no discurso jornalístico da ‘particularidade’, isto é, as apreensões particulares dos sujeitos que falam e narram [e] passam a ser a referência do discurso jornalístico” (OLIVEIRA, 2017, 170). Viveríamos, portanto, um período em que o jornalismo estaria sendo marcado por uma prática pouco fundamentada na relação com aspectos universais dos fatos, no qual ganhariam mais relevância os “simulacros” do real, representado não pelo que é dito, mas por quem é dito.

Nesse sentido, verifica-se um processo de degeneração do jornalismo a contribuir para a construção de referências baseadas em atos “espetacularizáveis” promovidos por “celebridades”. Significa, por outro lado, que em

ouros momentos ou outras condições o jornalismo também desempenhou um papel social mais relevante.

No capítulo 5, Oliveira expõe sua proposta ao jornalismo, associando jornalismo e educação, baseando-se nos ideais de Paulo Freire. Nesse sentido, o jornalismo torna-se ação de libertação, cujos objetivos devem ser, portanto, o de enfrentamento a processos de dominação, que se constroem a partir do rompimento com a cultura do silêncio (OLIVEIRA, 2017).

Dentre os conceitos que emergem neste debate estão o de emancipação, cujas intenções se voltam para o combate à opressão. A dialogia assume, então um papel fundamental neste processo, uma vez que reconhece também o papel do outro.

“Essa ideia da dialogicidade em Freire é fundamental para, a partir das considerações das potencialidades do jornalismo expostas por Genro Filho, construir um conceito de jornalismo alternativo como uma ação cultural emancipatória ou umas práxis jornalísticas emancipatória” (OLIVEIRA, 2017, p. 187).

Nesse sentido, um jornalismo emancipatório seria aquele capaz de partir de uma ação dialógica, considerando as experiências sistematizadas das classes subalternas. Na página 193, Oliveira lista de modo didático as características a serem adotadas para o cumprimento deste jornalismo, partindo das proposições do educador Oscar Jara.

Não está claro na obra de Oliveira, quem é o sujeito aqui a fazer jornalismo, mas sua proposta implica em que este que narra os fatos assuma uma posição prévia crítica que considere a existência de aspectos opressivos

na sociedade. Em segundo lugar, estaria a concepção de uma ação coletiva. O dilema entre a produção profissional e amadora, não tratada no livro, se expressa na problemática apresentada pelo autor, conforme descrito a seguir:

O principal problema da aplicação desse método em uma proposta de jornalismo é o confronto com a objetividade, um dos cânones da atividade. Entendendo a ideia de contexto teórico muito mais como uma tomada de posição, pode-se cair na armadilha de considerar o jornalismo meramente como um exercício da subjetividade, e, portanto, cristalizado na dimensão da particularidade. (OLIVEIRA, 2017, p. 194)

Como exemplo de possibilidades de um jornalismo emancipatório, ele aponta dois exemplos: um da Folha de S. Paulo e outra do jornal comunitário Notícia do Jardim São Remo. O objetivo, conforme apontado, era demonstrar possibilidades em diferentes ambientes. As chamadas práticas alternativas teriam um espaço privilegiado para a produção deste jornalismo, segundo Oliveira (2017), uma vez que não estariam inseridos em sistemas opressores, como é o caso da mídia hegemônica.

O jornalismo emancipatório, portanto, aquele que se desenvolve a partir dos preceitos freireanos que considera o dialogismo como base, é compreendido por Oliveira (2017) como a atividade dialética em oposição à ação direta do capital. Essa construção não se estabelece para o autor pela construção profissional, uma vez que a formação estaria sujeita aos aspectos institucionais opressores. Nesse sentido, o livro sugere uma difícil relação para a compreensão do jornalismo como campo científico, ao menos, nos moldes estabelecidos teoricamente.

“Jornalismo e emancipação” é um olhar do presente sobre as condições sociais atuais para ajudar a entender o que ocorre com os meios de comunicação e o jornalismo nos dias de hoje. Por uma perspectiva crítica sobre a contemporaneidade, Oliveira permite que sejam realizadas reflexões coerentes com uma determinada linha de pensamento dialético, o que se expressa também pelo referencial bibliográfico. A partir desta percepção, o leitor é instigado a pensar o jornalismo sob a lógica emancipatória.